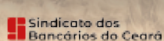
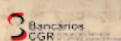


XIV CONFERÊNCIA REGIONAL

1, 2 E 3 DE AGOSTO 2025 | TERESINA-PI



Relatório de Sistematização



SUMÁRIO

OBJETIVOS E PARTICIPANTES	3
EIXOS TEMÁTICOS	3

SEXTA-FEIRA (01/08/2025)

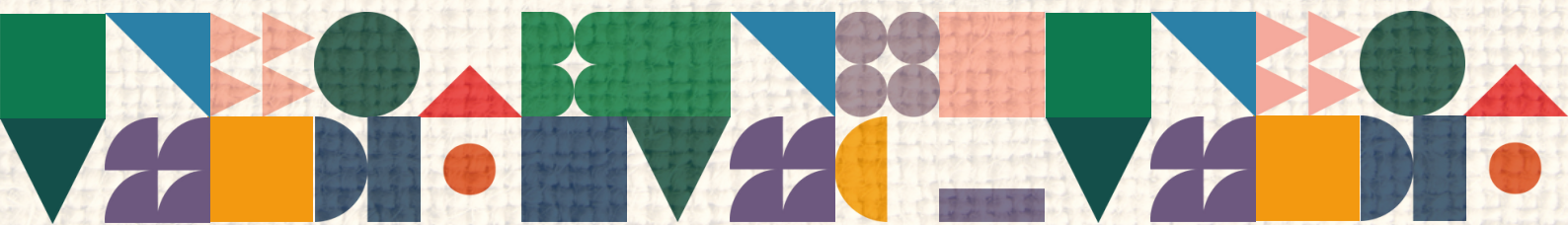
Mesa de abertura com as entidades sindicais representativas	4
Mesa: análise de conjuntura nacional e internacional	7

SÁBADO (02/08/2025)

Leitura e aprovação do regimento interno da XIV Conferência Regional da Fetrafi-NE	10
Mesa: apresentação dos representantes eleitos das entidades	11
Mesa: inteligência artificial, transformações no trabalho e o futuro da categoria bancária	14
Mesa: saúde mental e condições de trabalho no sistema financeiro	18
Mesa: emprego, terceirização e bancarização digital	23
Votação das moções	26
Eleição da delegação para a 27ª Conferência Nacional	28

DOMINGO (03/08/2025)

Mesa: democracia, eleições e estratégia política do movimento sindical	29
Resumo das deliberações	33
Anexo 1: Propostas da XIV Conferência Regional da Fetrafi-NE	
Sistematização por eixo temático	34
Anexo 2: Propostas Caixa Econômica Federal	39
Anexo 3: Propostas Santander	41
Anexo 4: Propostas Banco do Brasil	42
Anexo 5: Propostas Bradesco	43
Anexo 6: Propostas Itaú	44
Anexo 7: Propostas Banco do Nordeste	45
Anexo 8: Consulta Nacional da Categoria Bancária – 2025	48





OBJETIVOS

- Analisar a conjuntura nacional e internacional e seus impactos sobre a categoria bancária
- Debater estratégias de fortalecimento do movimento sindical e de defesa dos direitos dos trabalhadores
- Deliberar sobre o plano de lutas e prioridades para o próximo período
- Discutir os desafios trazidos pela inteligência artificial, digitalização, saúde mental, emprego e terceirização
- Aprovar encaminhamentos, moções e a delegação do Nordeste para a 27ª Conferência Nacional dos Bancários

PARTICIPANTES

- Delegações dos sindicatos filiados: Alagoas, Campina Grande, Cariri, Ceará, Itabaiana, Paraíba, Pernambuco e Piauí
- Representação da oposição do Maranhão – Renovação Bancária
- Representantes da Contraf-CUT, Intersindical, CTB e demais entidades convidadas
- Total de 134 delegados(as)

EIXOS TEMÁTICOS

1. Conjuntura internacional e nacional
(crescimento do fascismo e defesa da democracia)
2. Avanços tecnológicos, inteligência artificial e impactos no trabalho bancário
3. Regulação do Sistema Financeiro Nacional
4. Como conquistar a redução da jornada sem redução de salário
5. Novas formas de trabalho; terceirização e pejetização no setor bancário
6. Formação da classe trabalhadora
7. Comunicação popular na era das redes sociais
8. Novas formas de mobilização
9. Saúde e Condições de Trabalho

SEXTA-FEIRA

(01/08/2025)

MESA DE ABERTURA COM AS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS



FOTO: TIAGO VIEIRA

A mesa de abertura da 14ª Conferência Regional da FETRAFI-NE reuniu lideranças sindicais do Nordeste, representantes de centrais sindicais e convidados, evidenciando o compromisso coletivo com a defesa dos direitos dos trabalhadores e a construção de uma agenda comum frente aos desafios da conjuntura nacional.

Compuseram a mesa:

- Lindonjhonson Almeida — Presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba
- Carlos Eduardo Bezerra Marques — Presidente da FETRAFI-NE
- Odaly Medeiros — Presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí
- Gustavo Machado Tabatinga Junior — Secretário Geral da Contraf-CUT
- José Eduardo Rodrigues Marinho — Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará
- Andrezza Leite — Representante do Sindicato dos Bancários de Campina Grande
- Fabiano Moura — Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco
- Márcio dos Anjos — Presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas
- Tiago Macena — Presidente do Sindicato dos Bancários de Itabaiana
- Mara Ronnyse Santos dos Anjos — Representante da Intersindical
- Ivina Soares Barros Limberger — Representante da CTB
- Antônia Ribeiro — Representante da CUT
- Elzuila Calisto — Vereadora (PT)

IVINA SOARES BARROS LIMBERGER — REPRESENTANTE DA CTB:

Ressaltou a importância da unidade dos trabalhadores e da integração do Nordeste nas lutas nacionais. Defendeu a participação ativa no plebiscito popular, apontando a necessidade de fortalecer a luta pela soberania nacional, pela redução da escala 6x1 e pela justiça fiscal, especialmente quanto ao imposto de renda.

MARA RONNYSE SANTOS DOS ANJOS— REPRESENTANTE DA INTERSINDICAL:

Enfatizou o papel das mulheres no movimento sindical e a realização de eventos para enfrentar o feminicídio e avançar em pautas de igualdade de gênero. Destacou a preocupação com a perda da função social dos bancos públicos diante das pressões por metas e defendeu o plebiscito como ferramenta de mobilização em torno das pautas prioritárias para a categoria e para toda a classe trabalhadora.

ANTÔNIA RIBEIRO — REPRESENTANTE DA CUT:

Reforçou a necessidade de ampliar o debate sobre políticas públicas e destacou o papel de todos os dirigentes na defesa da democracia, especialmente em um contexto de crise geopolítica. Alertou para os riscos de retrocessos e afirmou que a luta da categoria bancária contribui para toda a sociedade, indo além dos interesses corporativos.

ODALY MEDEIROS — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PIAUÍ:

Parabenizou as novas gestões eleitas para os sindicatos de Alagoas e Piauí, valorizando a união e o fortalecimento coletivo em torno dos direitos dos trabalhadores.

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES — PRESIDENTE DA FETRAFI-NE:

Destacou o crescimento da Federação com a filiação do Sindicato dos Bancários de Itabaiana, ressaltando a importância do fortalecimento regional do movimento sindical.

TIAGO MACENA — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ITABAIANA:

Expressou preocupação com o avanço da tecnologia no setor bancário, especialmente diante das demissões em massa e do fechamento de agências. Reforçou a importância da luta coletiva para enfrentar esses desafios e incentivou a participação no plebiscito popular, destacando pautas como a escala 6x1 e o imposto de renda.

ANDREZZA LEITE — REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINA GRANDE:

Apontou a centralidade dos temas da conferência, como inteligência artificial, saúde mental e precarização do trabalho, trazendo à tona o contexto das demissões em massa e do fechamento de unidades bancárias.

MÁRCIO DOS ANJOS — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ALAGOAS:

Salientou que a palavra “resistência” representa o atual momento da categoria, que enfrenta o avanço do fascismo e as consequências da guerra tarifária entre EUA e Brasil, destacando o interesse internacional sobre recursos estratégicos e o enfraquecimento do BRICS.

LINDONJHONSON ALMEIDA — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA PARAÍBA:

Afirmou a relevância da conferência como ferramenta democrática para fortalecer a categoria diante das negociações com os bancos. Apontou as dificuldades impostas pelo contexto político nacional, mencionando a influência do Congresso (centrão) e defendendo a união da categoria como resposta aos desafios atuais.

FABIANO MOURA — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PERNAMBUCO:

Ressaltou que, desde 2016, os acordos coletivos têm vigência de dois anos, e lembrou que as negociações nacionais são sempre desafiadoras, especialmente para o próximo ano, em que se somarão as campanhas salariais e o contexto eleitoral. Apontou o avanço da inteligência artificial como ameaça direta aos empregos e reforçou a necessidade de organização e unidade.

JOSÉ EDUARDO MARINHO — PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ:

Defendeu que a prioridade deve ser a defesa da democracia, pois sem ela as pautas da categoria tendem a ser ignoradas. Ressaltou que, embora temas como a escala 6x1 não atinjam diretamente os bancários, o papel da categoria é lutar por direitos para toda a sociedade. Destacou a importância do plebiscito e a responsabilidade da categoria em contribuir com o debate nacional.

GUSTAVO MACHADO TABATINGA JUNIOR — SECRETÁRIO GERAL DA CONTRAF-CUT:

Defendeu o plebiscito popular como instrumento para romper a “bolha” das redes sociais e ampliar o diálogo com a base, levando pautas compreensíveis e relevantes aos trabalhadores. Destacou a tradição de luta do Nordeste e fez críticas a setores do movimento sindical que, ao se aliarem a adversários políticos, colocam interesses eleitorais acima da luta coletiva.

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES — PRESIDENTE DA FETRAFI-NE:

Encerrou a abertura reforçando a legitimidade da representação sindical eleita de forma democrática, a responsabilidade histórica dos dirigentes e a importância da união dos movimentos sociais, coletivos e sindicatos para fortalecer o Estado de Bem-Estar Social, especialmente em tempos de instabilidade.

ELZUILA CALISTO — VEREADORA (PT):

Trouxe a urgência de debater o impacto da inteligência artificial sobre os empregos, ressaltando que a tecnologia deve servir às pessoas e não substituí-las. Defendeu políticas públicas inclusivas, com atenção especial às mulheres e mães solo, e celebrou a saída do Brasil do mapa da fome como conquista do período recente.

MESA: ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL



Compuseram a mesa:

- Odaly Medeiros — Presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí
- Cândida Cruz — Representante de Pernambuco
- Magali Pontes — Representante da Paraíba
- Dr. Marcelo Mascarenha — Procurador do Município de Teresina, militante sindical

CÂNDIDA CRUZ (PE)

Enfatizou a importância do debate sobre soberania nacional no contexto atual e destacou que o sindicato paralisou suas atividades para mobilizar os trabalhadores nas ruas. Ressaltou que o plebiscito popular é uma ferramenta fundamental de participação direta da população em decisões nacionais que afetam toda a sociedade. Defendeu o protagonismo do movimento sindical nesse processo.

MAGALI PONTES (PB)

Apontou que a conjuntura exige perspicácia política e estratégia, pois temas como soberania nacional, que se imaginava superados, voltam ao centro do debate. Destacou que a continuidade do projeto político do presidente Lula depende do fortalecimento dos sindicatos e da unidade da classe trabalhadora.

DR. MARCELO MASCARENHA (PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE TERESINA)

Compartilhou sua trajetória de militância e a influência do movimento sindical bancário em sua formação, lembrando a participação do pai (bancário do Banco do Brasil no Maranhão) em greves nos anos 1980.

Apresentou uma análise crítica do processo histórico brasileiro, apontando quatro pilares estruturais:

- 
1. Dependência externa: O Brasil nasceu como ocupação europeia e sua elite sempre se manteve submissa a interesses estrangeiros.
 2. Superexploração do trabalho: O peso da escravidão no Brasil moldou um cenário de racismo estrutural e exploração que ainda se reflete na desvalorização do trabalho e nas tentativas constantes de flexibilização da CLT.
 3. Desigualdade social e regional: O Norte e Nordeste, historicamente, forneceram mão de obra barata ao Sul e Sudeste, aprofundando abismos sociais e regionais.
 4. Violência e autoritarismo do Estado: O controle social se deu por repressão a movimentos populares, desde Palmares até Canudos e as revoltas urbanas. Mesmo após a Constituição de 1988, a participação democrática foi restrita por séculos — o direito de voto das mulheres e analfabetos é recente.

Relacionou marcos históricos — como o aumento do salário mínimo por João Goulart e a participação do trabalho no PIB durante o governo Dilma — a reações das elites e retrocessos institucionais, culminando na judicialização da política e ascensão de governos autoritários.

Ressaltou que, apesar dos avanços sociais recentes, o capital financeiro continua dominando, mas teve uma primeira derrota diante da mobilização social em torno da taxa dos super ricos e do debate da jornada 6x1.

Alertou que a tecnologia, se não for apropriada pelos trabalhadores, será usada para ampliar a exclusão social, defendendo a automação para melhorar a qualidade de vida e não ampliar o lucro do capital.

Por fim, frisou preocupações com o individualismo geracional, a brutalidade do racismo estrutural, o retrocesso nos direitos das mulheres e a necessidade de consciência de classe para enfrentar o neoliberalismo e o conservadorismo crescentes.

Síntese dos Debates:

SUZINEIDE RODRIGUES (PE)

Lembrou que a classe trabalhadora é diversa e que isso deve ser reconhecido e valorizado no movimento sindical.

CARMEN ARAÚJO (CE)

Debateu a dificuldade de renovação sindical, explicando que muitos jovens evitam a militância devido ao congelamento salarial e à falta de valorização dos dirigentes, que assumem o compromisso por acreditarem na luta coletiva.

ARMINDO ARAÚJO (PB)

Ressaltou que os trabalhadores continuam à margem dos avanços do país. Criticou o discurso da meritocracia no setor financeiro, que afeta a saúde mental dos bancários. Defendeu a centralidade das pautas sociais.



CÂNDIDA CRUZ (PE)

Apontou barreiras de gênero e raça também dentro do movimento sindical, destacando que o avanço das mulheres, especialmente negras, exige que homens cedam espaço nos espaços de poder.

DILSON MELO (PE)

Reforçou o papel ativo dos sindicatos, que estão presentes nas ruas e efetivamente lutando pelas demandas da classe trabalhadora.

SANDRA TRAJANO (PE)

Concordou com a análise estrutural apresentada, frisando que romper com o neoliberalismo é desafio central e que isso vem adoecendo os trabalhadores. Defendeu o orgulho da identidade nordestina, feminina e negra, e a necessidade de resgatar o povo para a luta coletiva, com foco na comunicação como ferramenta de mobilização.

ISAÍAS SANTOS (PE)

Enfatizou o desafio da comunicação sindical diante das transformações provocadas pela inteligência artificial e a urgência de dialogar com a base.

MAGALI PONTES (PB)

Destacou que o movimento sindical enfrenta envelhecimento e dificuldade para mobilizar novas gerações. Ressaltou também a necessidade de ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder.

TEREZA SOUZA (PE)

Apontou que o movimento sindical precisa acordar para a importância do plebiscito, mobilizando não só nos bancos, mas também nas periferias. Reconheceu os desafios para dialogar com os bancários mais jovens.

RENATA ROCHA (AL)

Falou sobre equidade de gênero e violência contra a mulher, defendendo que não basta abrir espaço: é preciso criar condições reais de participação, como creches. Chamou atenção para a invisibilidade da violência doméstica.

DR. MARCELO MASCARENHA

Finalizou defendendo que o conflito entre lutas identitárias e de classe é usado como desculpa por quem não quer enfrentar o preconceito. Afirmou que todas as lutas devem ser reunidas numa pauta comum contra a opressão, e que é fundamental retomar o trabalho de base, superando a lógica de mobilização restrita às eleições.

SABADO

(02/08/2025)

LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA XIV CONFERÊNCIA DA FETRAFI/NE



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- Esdras Luciano (Presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande)
- Lorena Fontenele (PI)
- Renata Rocha (AL)

REGIMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE



FOTO: TIAGO VIEIRA

MESA: APRESENTAÇÃO DOS REPRESENTANTES ELEITOS DAS ENTIDADES



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- Sandra Trajano (Secretaria de Finanças da FETRAFI-NE)
- Carmen Araújo (CE)
- Lusemir Carvalho (PI)
- Selma Siqueira (CAREF Banco do Brasil)
- Fabiana Uehara (CAIXA)
- Romildo Rolim (CAREF Banco do Nordeste)

SELMA SIQUEIRA (CAREF BB)

Apontou que os bancos públicos sempre tiveram papel estratégico para o desenvolvimento nacional, mas destacou que o setor enfrenta desafios específicos: regulação diferenciada do Banco Central para bancos e fintechs (com maior flexibilização para as fintechs), terceirização e precarização dos postos de trabalho bancário, e transformação digital. Enfatizou que softwares e IAs já substituem muitas funções e que a intensificação das medidas de segurança passou a ser dirigida também para dentro dos bancos, aumentando o controle sobre o próprio trabalhador.

ROMILDO ROLIM (CAREF BNB)

Defendeu que todas as ações dos representantes eleitos devem buscar garantir os interesses da categoria e a sustentabilidade das instituições públicas. Demonstrou preocupação com a precarização das condições de trabalho e a necessidade de fortalecer a resistência coletiva. Afirmou compromisso em atuar de modo integrado para assegurar a manutenção dos bancos públicos como instrumentos essenciais ao desenvolvimento do país, pautando um ambiente justo e saudável.



FABIANA UEHARA (CAIXA)

Relatou os limites de atuação dos conselheiros de administração: são excluídos dos debates e decisões sobre previdência, carreira e saúde, sendo chamados a se retirar dessas discussões. Ainda assim, há espaço de diálogo com a administração dos bancos, mas muitas conquistas só são possíveis com a força do movimento sindical. Defendeu aproximação dos conselheiros com o movimento sindical e criticou a velocidade com que as narrativas dos bancos chegam à sociedade, em contraste com a dificuldade do movimento sindical de comunicar-se com a base. Alertou para a perda de sindicalizações.

Síntese dos Debates

RICARDO DANTAS (CE)

Relatou o impacto das metas abusivas e precarização do trabalho, destacando que no Banco do Brasil há cursos voltados para tornar o bancário "antifrágil", responsabilizando o trabalhador pelo adoecimento em vez de melhorar o ambiente laboral.

ROBSON ARAÚJO (PB)

Reforçou a necessidade de priorizar a pauta da saúde dos bancários e propôs que os bancos arquem com 70% dos planos de saúde.

CÂNDIDA CRUZ (PE)

Ressaltou que a participação dos conselheiros de administração foi uma conquista do movimento sindical e que os representantes devem ser sempre comprometidos com os trabalhadores. Chamou atenção para a influência das administrações bancárias sobre os funcionários, defendendo a necessidade de atualização dos bancos públicos diante da concorrência das fintechs, sem perder de vista sua função social.

GUSTAVO TABATINGA (CONTRAF-CUT)

Defendeu mudanças estatutárias para ampliar o papel dos conselheiros na defesa dos trabalhadores, lembrando a importância estratégica das decisões dos conselhos.

PAULO CÉSAR (PB)

Criticou o distanciamento dos conselheiros em relação à base, sugerindo mais canais de comunicação, como boletins e podcasts.

CARMEN ARAÚJO (CE)

Contestou a crítica anterior, afirmando que os conselheiros já promovem comunicação, mas enfrentam baixa participação da base.

FABIANO MOURA (PE)

Apontou que o capital financeiro sequestrou as tecnologias e que os conselheiros de administração enfrentam dificuldade para acompanhar a velocidade das mudanças, o que enfraquece os bancos públicos.



CARLOS HUGO (PB)

Relatou que, tanto nos bancos públicos quanto privados, a sobrecarga e o adoecimento se intensificam com a IA. Relatou agências do interior operando com apenas dois funcionários e o agravamento da terceirização.

ROGER MEDEIROS (CE)

Afirmou que o compromisso com o CAREF deve ser a defesa da função social dos bancos públicos e alertou para o risco de controle estratégico de informações por terceirizados.

Considerações Finais

ROMILDO ROLIM

Defendeu que os conselheiros compartilhem informações sempre que possível, mesmo diante dos limites legais e estatutários. Relatou acompanhamento rigoroso da terceirização e compromisso em evitar desvios.

SELMA SIQUEIRA

Reforçou a necessidade de ampliar os canais de diálogo e informação entre os conselheiros e a base bancária.

MESA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E O FUTURO DA CATEGORIA BANCÁRIA



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- José Eduardo Marinho (CE)
- Danielle de Freitas Pereira (PB)
- Ramona Mickaelly Silva Santos (AL)
- José Vital dos Santos Júnior (palestrante)
- Carlos Eduardo (Fetrafi/NE)

JOSÉ EDUARDO MARINHO (CE)

Abriu destacando que a inteligência artificial (IA) já é realidade no cotidiano bancário e que o desafio agora é implementar e regular essa tecnologia a favor dos trabalhadores. Ressaltou que os dados se tornaram o novo “recurso estratégico” do setor e que cabe à organização sindical garantir o protagonismo da categoria diante das transformações.

DANIELLE DE FREITAS PEREIRA (PB)

Alertou que o debate sobre IA precisa considerar o recorte de gênero, já que as mulheres são apenas 4% das equipes de TI dos bancos e têm ainda mais dificuldade de acesso a cargos tecnológicos e altos salários. Chamou atenção para a sobrecarga das mulheres bancárias, que somam a tripla jornada.

RAMONA MICKAELLY SILVA SANTOS (AL)

Apontou que a IA é inevitável e defendeu a presença ativa dos sindicatos e da categoria no Congresso Nacional para garantir proteção frente às mudanças. Destacou que a automação não reduziu metas nem carga de trabalho, e que mulheres sentem ainda mais os impactos negativos.

JOSÉ VITAL DOS SANTOS JÚNIOR (PALESTRANTE)

Apresentou um panorama histórico das grandes revoluções tecnológicas, começando pela agrícola, passando pela industrial e chegando à revolução digital que vivemos atualmente. Ressaltou que a história do trabalho foi marcada por longos períodos em que as transformações eram lentas, mas que hoje a velocidade das mudanças é inédita. Destacou que, diante da inteligência artificial (IA), as decisões que vão definir o futuro do trabalho são, sobretudo, políticas e não apenas técnicas.



Explicou que a IA já impacta profundamente o cotidiano: citou fábricas na China que produzem celulares sem nenhum ser humano na linha de montagem e carros autônomos, como os da Tesla, capazes de operar sem motoristas. Deu ênfase ao fato de que há bancos que já utilizam IA em centenas de tarefas e relatou situações em que funcionários bancários treinaram sistemas de IA e, após o processo, foram demitidos, demonstrando como a tecnologia pode substituir postos de trabalho. Ressaltou que as IAs estão evoluindo em velocidade exponencial: enquanto a Lei de Moore previa que os computadores dobrariam sua capacidade a cada 18 a 24 meses, hoje as IAs estão duplicando sua performance a cada três meses.

Alertou que o avanço da IA promete afetar 60% dos empregos no mundo. Mencionou a entrevista de Bill Gates prevendo que, futuramente, pessoas trabalharão apenas dois dias por semana devido à automação, e que grandes fortunas já defendem políticas como a renda universal para atenuar os impactos sociais dessas transformações.

Ressaltou que o setor financeiro já opera com mais de mil agendas de IA nos bancos brasileiros, substituindo funções e modificando processos. Trouxe o exemplo de treinamentos realizados para bancários ensinarem a IA, seguidos de demissões, indicando como a automação pode ser excludente. Afirmou que a IA não reduziu as metas, tampouco a carga de trabalho dos bancários, e que a tecnologia, por si só, não traz benefício automático para os trabalhadores — tudo depende de escolhas políticas.

Abordou ainda o papel da IA nas eleições, mencionando o uso de vídeos produzidos por IA em campanhas, como o material divulgado pelo atual governo para mobilizar a sociedade em torno da taxaço dos super ricos. Destacou a posição da Febraban, alinhada ao neoliberalismo, contra a regulação da IA, e explicou que, nos EUA, o Senado rejeitou proposta que proibiria a regulamentação da IA pelos estados, mostrando que o cenário regulatório global está em disputa.



Enfatizou que, diante da magnitude dessas mudanças, a luta sindical precisa se antecipar: defendeu a necessidade de redução da jornada de trabalho, criação de políticas de proteção social e participação ativa do movimento sindical na regulação da IA. Alertou que o movimento sindical não pode repetir o atraso histórico das conquistas trabalhistas: lembrou que na Revolução Industrial, por exemplo, foram necessários mais de 70 anos de organização para conquistar a jornada de 8 horas.

Por fim, convidou todos a participarem da I Conferência Nacional de Inteligência Artificial e Direitos Sociais (em outubro, em São Bernardo do Campo-SP), reforçando que o desconhecimento sobre IA deixa os trabalhadores vulneráveis e desmobilizados. Reafirmou que o papel do sindicato é garantir que as decisões políticas e tecnológicas tenham como prioridade a proteção do trabalho humano e da sociedade.

CARLOS EDUARDO (FETRAFI/NE)

Apresentou dados do setor financeiro: em 2024, os bancos investiram R\$ 47 bilhões em IA. As transações digitais já superam as presenciais e apenas a organização coletiva pode defender direitos frente à nova realidade. Lembrou conquistas recentes da categoria, como cláusulas específicas sobre IA nos acordos coletivos dos bancários.

Síntese dos Debates

DIANA RIBEIRO (PE)

Trouxe o tema do salário mínimo social, questionando a quem serve essa pauta e defendendo que negociações garantam postos de trabalho humano, mesmo diante do avanço da IA.

FABIANO MOURA (PE)

Refletiu sobre os limites do avanço tecnológico e destacou a necessidade de que a tecnologia sirva à sociedade como um todo, não só a grandes empresas, lembrando que 40% da população mundial sequer tem acesso à internet.

MÁRIO CLEITON (CE)

Ressaltou que a IA pode ser importante para inclusão de pessoas com deficiência e cobrou dos bancos o cumprimento da lei de cotas e investimentos em acessibilidade.

IVINA LIMBERGER (CE)

Levantou o debate sobre o impacto ambiental da IA, questionando o consumo energético dos datacenters e sugerindo que a sustentabilidade seja incluída na pauta sindical.

ROGER MEDEIROS (CE)

Defendeu a autonomia dos trabalhadores sobre seus dados e alertou para o domínio das bigtechs, defendendo que o tema seja pautado nas negociações coletivas.



ELVIRA MADEIRA (CE)

Defendeu que o debate sobre IA deve ser feito com linguagem acessível, mobilizando toda a base e alertou para os riscos de manipulação política com uso da IA.

ARMINDO ARAÚJO (PB)

Observou que a desigualdade de gênero também está nas capacitações em IA, com baixa participação feminina. Demonstrou preocupação com o fechamento de agências no interior e concentração nas capitais.

CATARINA ROCHA (CE)

Valorizou as cláusulas sobre tecnologia e diversidade nos acordos coletivos, defendendo mais investimento em capacitação e fortalecimento do movimento LGBT.

ISAIAS SANTOS (PE)

Pontuou que a IA já executa tarefas operacionais, mas possui limitações éticas e técnicas. Relatou demissões de quem cobra ética no setor e defendeu regulação rígida.

MARCO MELO (PB)

Demonstrou preocupação com a aceleração das mudanças e defendeu educação crítica para bancários e aposentados diante da transformação digital.

Considerações Finais

JOSÉ VITAL DOS SANTOS JÚNIOR

Alertou para o controle das bigtechs e o desconhecimento da sociedade sobre o tema. Reforçou o papel da mobilização sindical e a importância do conhecimento coletivo. Incentivou a participação na I Conferência Nacional de Inteligência Artificial e Direitos Sociais.

CARLOS EDUARDO (FETRAFI/NE)

Explicou que a pauta de IA foi escolhida a partir de pesquisa com a base e destacou a necessidade de articulação técnica e política para defender os trabalhadores frente aos impactos da IA.

JOSÉ EDUARDO MARINHO (CE)

Encerrou reforçando que o medo paralisa e que é preciso organização e atitude coletiva para enfrentar os desafios do futuro digital.

MESA: SAÚDE MENTAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA FINANCEIRO



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- Ailson Duarte (Santander)
- Tereza Souza (Diretora da Fetrafi-NE)
- Valéria Silva (Intersindical BNB)
- Fabiano Moura (Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco)

TEREZA SOUZA (FETRAFI-NE)

Iniciou ressaltando que, em um cenário ideal, a saúde mental não precisaria ser tema recorrente, mas a realidade dos bancários exige o debate. Destacou que o adoecimento mental tornou-se uma das pautas centrais da categoria, demandando ações coletivas constantes e vigilância permanente.

VALÉRIA SILVA (INTERSINDICAL BNB)

Trouxe o caso do Banco do Nordeste, onde em 2018 foi retirado o custeio integral do plano de saúde para novos bancários, hoje limitado a 50%, conquista que depende da validade da CCT. Relatou tentativas frequentes do banco de limitar ou extinguir direitos, agravando a vulnerabilidade dos trabalhadores. Defendeu o papel do movimento sindical para barrar retrocessos e garantir proteção à saúde dos bancários.

FABIANO MOURA (PE)

Fabiano apresentou os resultados de um dossiê realizado pelo sindicato em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, mostrando que o adoecimento da categoria bancária é crescente e alarmante. Relatou casos extremos, incluindo o suicídio



de um colega após uma reunião de cobrança de metas, e destacou que muitos bancários sobrevivem à rotina de trabalho apenas com o uso constante de medicação controlada, enfrentando um ambiente hostil e sem acolhimento.

Denunciou que há vários tipos de assédio no ambiente bancário: o moral, o interpessoal, o institucional e o sexual. Ressaltou que o assédio institucional é o mais danoso, pois é fruto da mentalidade dos banqueiros e da lógica de superexploração estrutural no Brasil. Criticou a tendência dos bancos de responsabilizarem fatores externos pelo adoecimento, negando o vínculo entre as condições de trabalho e quadros graves de depressão, ansiedade, LER/DORT e doenças psicossomáticas que afetam a categoria.

Ele destacou que o cenário leva tanto à morte literal – citando o caso do suicídio do colega – quanto à “morte em vida”, situação em que a maioria dos bancários se mantém à base de remédios para suportar o ambiente de pressão constante, assédio moral, metas abusivas e cobranças inatingíveis. Apontou as dificuldades enfrentadas nas negociações coletivas, pois os banqueiros se recusam a reconhecer o papel do ambiente de trabalho no adoecimento dos bancários, insistindo em responsabilizar causas externas.

Fabiano explicou que o ambiente tóxico dos bancos cria rivalidade e isolamento entre colegas, pois as metas individualizadas transformam os trabalhadores em concorrentes diretos, alimentando o assédio interpessoal. Afirmou que os valores coletivos e o sentimento de solidariedade vão sendo corroídos, sendo substituídos pela lógica de competição.

Apresentou dados de pesquisa qualitativa realizada pelo sindicato: apontou a descaracterização do papel social dos bancos, a desvalorização do trabalho bancário, a eliminação de postos, polivalência, sobrecarga e o crescimento do adoecimento. Denunciou ainda que os bancos incentivam práticas irregulares, como a venda casada, e depois culpabilizam e demitem por justa causa os bancários que acabam denunciados. Chamou atenção para a perseguição velada aos trabalhadores adoecidos e reintegrados judicialmente, citando como exemplo as chamadas “salas brancas”, onde funcionários são isolados, sem computador ou tarefas, num processo de exclusão e punição silenciosa.

Fabiano relatou que até bancários jovens estão recorrendo ao uso de medicamentos “tarja preta” para lidar com o estresse e a pressão do ambiente de trabalho, e afirmou que os bancos constroem um ambiente similar a um ringue, onde só sobrevive quem se adapta à lógica da violência institucional.



Listou diferentes tipos de assédio presentes nos bancos:

Assédio interpessoal: perseguição, ameaças de demissão, exigência de trabalho fora do expediente, comparações constantes de produtividade, controle sobre vestuário e capacitismo.

Assédio sexual: convites inapropriados, forçar contato físico, oferecimento de promoções condicionadas a “favores sexuais”.

Apontou as doenças mais comuns entre bancários: depressão, LER/DORT, doenças psicossomáticas e ansiedade. Salientou que muitos escondem o adoecimento por medo de demissão, de perder cargos ou pelo estigma social, e que nos bancos públicos, o medo é de perder a comissão, enquanto nos bancos privados, é de ser demitido sumariamente.

Fabiano trouxe dados: em 2024 foram abertas 172 CATs referentes a adoecimentos osteomusculares e psicológicos. Entre janeiro e julho de 2025, já foram emitidas 88 CATs, sendo 45 por questões psicológicas.

Encerrou enfatizando: “Nós não somos inteligência artificial, somos inteligência emocional e temos uma vida fora dos bancos. Os bancos não podem tomar nossa dignidade para proteger a ganância do sistema financeiro”.

AILSON DUARTE (SANTANDER)

Enfatizou a necessidade de ampliar a mobilização em torno de audiências públicas e propôs um seminário para discutir normas regulamentadoras e mecanismos jurídicos de proteção. Defendeu o fortalecimento das ações coletivas e do suporte sindical diante do avanço do adoecimento.

Síntese dos Debates

DIANE PITOMBEIRA (MA)

Relatou a experiência de retorno ao trabalho após licença saúde no Itaú, destacando o isolamento institucional, o medo do tratamento e o estigma sobre doenças mentais.

LINDONJHONSON ALMEIDA (PB)

Defendeu o papel acolhedor do sindicato, que além de atuar institucionalmente, promove apoio, lazer e pertencimento aos bancários adoecidos, vítimas de discriminação e exclusão.

SANDRA TRAJANO (FETRAFI-NE)

Comentou a resistência encontrada em audiências públicas, onde bancos negam responsabilidade pelo adoecimento dos trabalhadores, e ressaltou a importância de não naturalizar a violência institucional.



EUGÊNIO SILVA (CE)

Defendeu a responsabilização direta dos bancos pelo adoecimento, destacando o valor de dossiês e pesquisas como ferramentas de luta judicial e política.

IVINA SOARES BARROS LIMBERGER (CE)

Compartilhou experiência própria de adoecimento, sintomas de ansiedade e a necessidade de criar grupos de apoio e redes de solidariedade entre os trabalhadores.

JORGE DA SILVA (PE)

Apontou que o adoecimento por superexploração atinge diversas categorias e defendeu que o tema seja tratado como questão de saúde pública, ampliando a articulação com Câmaras Municipais e instituições.

ELVIRA MADEIRA (CE)

Alertou para a importância do senso de identidade do bancário e os efeitos psíquicos da perda de pertencimento. Observou que adoecimentos psíquicos costumam ser crônicos e escondidos por medo do estigma.

MARIANO (PI)

Lembrou que a discussão sobre assédio moral só ganhou visibilidade recente e abordou o alcoolismo como forma de adoecimento. Relatou iniciativas do sindicato como a produção de revista e contratação de psicólogo.

TEREZA SOUZA (PE)

Defendeu campanhas permanentes de prevenção ao assédio e canais efetivos de denúncia. Mencionou o sofrimento da equipe de saúde do sindicato diante do volume de casos.

FRANCISCO RUFINO (PE)

Ressaltou que o desafio principal é enfrentar o assédio moral, especialmente nas metas abusivas.

LIGIA HONORIO (CE)

Relatou casos de assédio moral e sexual e convocou os colegas homens a atuarem como agentes de proteção das mulheres no ambiente bancário.

SILVIA BESERRA (CE)

Trouxe relato de adoecimento mental e destacou o preconceito enfrentado diante das “doenças invisíveis”.

DILSON MELO (PE)

Defendeu a necessidade de aprofundar o estudo das causas do adoecimento e enfrentar práticas abusivas dos bancos.

Considerações Finais

AILSON DUARTE (SANTANDER)

Reforçou a proposta de fortalecer mobilizações, audiências públicas e seminários para ampliar a proteção jurídica e política aos bancários.

FABIANO MOURA (PE)

Defendeu o reconhecimento do adoecimento como doença ocupacional e criticou o mito do “ambiente neutro”. Reafirmou que a responsabilidade é do sistema financeiro e do ambiente criado pelos bancos, e não dos trabalhadores. Sugeriu a construção de uma corrente coletiva para tirar o tema da invisibilidade e garantir seu reconhecimento como problema de saúde pública.



MESA: EMPREGO, TERCEIRIZAÇÃO E BANCARIZAÇÃO DIGITAL



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- Elvira Madeira (CE)
- Lindonjhonson Almeida (PB)
- Suzineide Rodrigues (PE)
- Reginaldo Aguiar (Técnico do DIEESE)
- Roger Medeiros (Intersindical)
- Carlos Alberto (AL)

CARLOS ALBERTO (AL)

Abriu os trabalhos destacando a importância da união dos trabalhadores como única forma de fortalecer a luta diante das transformações do sistema financeiro, terceirização e digitalização.

ELVIRA MADEIRA (CE)

Ressaltou que o tema da mesa é fundamental para a categoria, pois a fragilização dos direitos está na base da implementação da inteligência artificial e da terceirização. Alerta que cada bancário adoecido ou substituído por terceirizado enfraquece a luta coletiva. Reforçou a necessidade de atenção permanente à desconstrução dos direitos históricos.

SUZINEIDE RODRIGUES (PE)

Defendeu a CLT e criticou a ofensiva recente para retirar direitos. Chamou à resistência e ao debate sobre o papel dos trabalhadores diante do avanço da tecnologia e dos ataques à legislação trabalhista.



ROGER MEDEIROS (INTERSINDICAL)

Apresentou os oito eixos estratégicos da Intersindical para as conferências. Criticou o domínio da Faria Lima e dos bancos privados na agenda econômica, destacando a necessidade de uma atuação sindical forte para disputar a regulação do sistema financeiro e defender bancos públicos. Propôs que o Brasil se inspire no modelo estatal chinês, onde o sistema financeiro é direcionado ao interesse público e à função social.

REGINALDO AGUIAR (DIEESE)

Fez uma análise da economia global, mostrando o baixo crescimento do PIB mundial, o papel do agronegócio no Brasil, e o impacto da tecnologia nas relações de trabalho. Defendeu que países do Sul Global precisam de um Estado forte para induzir o desenvolvimento, criticou o arcabouço fiscal e a política de ajuste que reduziram a capacidade de investimento público. Explicou as dificuldades do Brasil para disputar a hegemonia internacional e destacou a necessidade de políticas públicas voltadas ao crescimento sustentável e inclusão social. Ressaltou os limites ambientais do modelo de crescimento focado apenas no consumo e lucro.

Síntese dos Debates

CARLOS EDUARDO (FETRAFI/NE)

Encaminhou a eleição da delegação para a 27ª Conferência Nacional, aprovada por unanimidade após ajuste estatutário (*vide imagem ao final deste capítulo*)

FRANCISCO RUFINO (PE)

Destacou o impacto da bancarização digital e da inteligência artificial sobre a categoria e defendeu os bancos públicos como força de resistência, além de ressaltar a ausência de uma mesa sobre diversidade.

CAMILA DUARTE (PE)

Trouxe ao debate a importância de buscar crescimento econômico sustentável e não apenas quantitativo, questionando o conceito de progresso.

JOSIANO DOS SANTOS (CE)

Referenciou o livro “Elite do atraso” para ilustrar como o neoliberalismo aprofundou as desigualdades, defendendo que o crescimento deve beneficiar a maioria da população.

SUZINEIDE RODRIGUES (PE)

Apontou que políticas sociais progressistas enfrentam resistências no Congresso e defendeu organização para evitar retrocessos, criticando o impacto negativo do arcabouço fiscal.



DILSON MELO (PE)

Alertou para a naturalização da terceirização, destacando que há normas que restringem a prática no setor, mas que vêm sendo descumpridas pelos bancos.

VALÉRIA DA SILVA (CE)

Relatou o aumento de terceirização no Banco do Nordeste, com terceirizados realizando atividades típicas de bancários, agravando a precarização das condições para todos.

Considerações Finais

REGINALDO AGUIAR (DIEESE)

Afirmou que desafios como avanço tecnológico e terceirização já ocorreram em outros momentos históricos e que é preciso superar a lógica do lucro, inclusive nos BRICS. Defendeu a busca por alternativas políticas e ambientais sustentáveis para o desenvolvimento.

VOTAÇÃO DAS MOÇÕES



FOTO: TIAGO VIEIRA

Moção de Apoio ao STF pelo julgamento realizado em favor da democracia (José Arimatea): *(Aprovada por unanimidade)*

Apresento esta moção de apoio ao STF, considerando que a Democracia Brasileira ainda corre riscos diariamente, pelos partidos de extrema direita bem como por parte da imprensa, que não reconhecem que os fatos ocorridos em 08 de janeiro de 2023 foi uma tentativa de golpe de estado no Brasil, apesar dos acontecimentos anteriores indicarem essa tentativa. Por isso essa moção visa apoiar as decisões independentes e apartidárias, tomadas pelos Ministros da primeira turma do STF, objetivando fazer cumprir a nossa Constituição Brasileira.

Moção de Repúdio ao genocídio realizado pelo estado de Israel contra a população palestino no território de Gaza (José Arimatea): *(Aprovada por unanimidade)*

Apresento esta moção de repudio com o intuito de chamar a atenção do nosso povo, notadamente dos bancários, para a prática de genocídio que vindo sendo promovido pelo Estado de Israel ao povo palestino, habitantes da faixa de Gaza. O genocídio se dá quando as mortes são direcionadas para as crianças para que não haja futuro para aquela nação.

Esses fatos são divulgados e mostrados diariamente pela mídia, mostrando crianças e adultos morrendo de bala ou de fome em um mundo que prefere gastar fortunas com armamentos de matança do que combater fome, objetiva chamar a atenção das nações que possam pôr fim a esse sofrimento degradante daquela população.

VOTAÇÃO DAS MOÇÕES



FOTO: TIAGO VIEIRA

Moção de Repúdio ao teto de 6,5% ao teto de custeio da Caixa Econômica Federal ao Saúde Caixa (Joana Darc): *(Aprovada por unanimidade)*

Apresento esta moção de Repúdio ao teto de 6,5% de custeio do Saúde Caixa, pela Empregadora, por se tratar de uma medida que limita a participação da Caixa e sobrecarrega seus empregados, que cada vez mais vítimas de doenças do trabalho, precisam do Plano com mais frequência e para tratamentos mais complexos.

O teto de 6,5% de custeio da Caixa para a saúde foi instituído no governo Temer, e deveria ter sido revisto agora na estatutária da CEF, e não o foi, permanecendo vigente, e claramente baixando a participação da Caixa para menos dos 70% do que lhe era responsabilidade, e onerando o empregado em quase 20% a mais dos 30% da participação que lhe cabe.

ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO PARA A 27ª CONFERÊNCIA NACIONAL



FOTO: TIAGO VIEIRA

No decorrer da conferência, Carlos Eduardo Bezerra Marques (Presidente da Fetrafi-NE) convocou os presidentes dos sindicatos filiados à federação para conduzir, em plenário, o processo de eleição da delegação do Nordeste para a 27ª Conferência Nacional dos Bancários.

Em consenso com a Contraf-CUT, Intersindical e CTB, foi apresentada **proposta para antecipar a eleição da delegação, alterando a programação prevista**. Após discussão e votação em plenário, **a proposta de alteração regimental foi aprovada por unanimidade**.

Em seguida, **foi realizada a votação para eleição da delegação, também aprovada por unanimidade pelos presentes**. Assim, a delegação do Nordeste à Conferência Nacional foi oficialmente eleita, expressando unidade e ampla representatividade entre os sindicatos da base.

DOMINGO

(03/08/2025)

MESA: DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E ESTRATÉGIA POLÍTICA DO MOVIMENTO SINDICAL



FOTO: TIAGO VIEIRA

Compuseram a mesa:

- Lindonjhonson Almeida (PB)
- Sandra Trajano (PE)
- Tiago Macena (Itabaiana)
- Francileuda Pinheiro (CE)
- Gustavo Machado Tabatinga Junior (Secretário-Geral da Contraf-CUT)
- Hortência Oliveira (PI)
- Fabiano Moura (Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco)



FRANCILEUDA PINHEIRO (CE)

Denunciou as demissões em massa no banco Itaú, destacando que o processo de dispensa de 45 funcionários foi iniciado sem comunicação prévia ao sindicato, o que levou o caso ao Ministério Público. Fez alerta para que os sindicatos de todos os estados fiquem atentos a movimentos semelhantes. Compartilhou experiências do encontro da Rede UNI Mulheres em São Paulo, reforçando a importância da união das mulheres e convidando para a Conferência das Mulheres da Fetrafi-NE.

SANDRA TRAJANO (PE)

Afirmou que a participação política precisa ser missão central do movimento sindical. Ressaltou o impacto direto da inteligência artificial na eliminação de postos de trabalho, defendendo a inclusão do tema como prioridade nas estratégias sindicais.

TIAGO MACENA (ITABAIANA)

Fez um balanço dos três dias de conferência, destacando os desafios para as próximas negociações coletivas, especialmente diante das demissões em massa, pejetização e precarização. Afirmou que a busca por soluções exigirá articulação intensa e coletiva.

HORTÊNCIA OLIVEIRA (PI)

Parabenizou os organizadores e desejou sucesso na conclusão dos trabalhos.

FABIANO MOURA (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PERNAMBUCO)

Relatou que a última mesa de negociação foi uma das mais difíceis e ousadas já enfrentadas pelos bancários. Enfatizou que houve demora da categoria em perceber a mudança de postura dos banqueiros, que deixaram claro que não manteriam o modelo de negociação praticado há 30 anos.

Explicou que os bancos tentaram criar diferentes níveis de negociação por função (caixas, gerentes, etc.), visando fragmentar a categoria e enfraquecer a força coletiva, com o objetivo de minar a unidade e o alcance das conquistas.

Fabiano alertou para a estratégia patronal de usar a concorrência desigual com as fintechs como justificativa para negar direitos conquistados. Apontou que os bancos estão preparados para enfrentar a próxima campanha salarial com ainda mais rigor, utilizando a dificuldade de compreensão e unidade interna da categoria como um de seus instrumentos. Ressaltou que parte do desafio é também dialogar com os próprios bancários, que muitas vezes atuam como oposição à direção sindical, sem compreender o alcance das conquistas e o risco do enfraquecimento coletivo.

Defendeu a necessidade de criar novas estratégias de pressão sobre os banqueiros. Por fim, advertiu que, caso não haja reação forte à terceirização e pejetização já implementadas pelo Santander, bancos como Bradesco e Itaú seguirão o mesmo caminho, ampliando o desmonte dos direitos e da organização da categoria.



GUSTAVO MACHADO TABATINGA JUNIOR (SECRETÁRIO-GERAL DA CONTRAF-CUT)

Apresentou uma análise histórica da organização sindical bancária. Relatou que, em 2003, início do governo Lula, havia estabilidade garantida por estatuto, sem questionamento dos bancos à direção sindical. Explicou que, ao longo dos anos, iniciou-se a judicialização dos conflitos de representação, agravada no período seguinte, especialmente após o fim da contribuição sindical obrigatória em 2017, que enfraqueceu o financiamento do movimento.

Gustavo lembrou que, desde 2018, a categoria sofreu sucessivas perdas: redução de postos de trabalho, encolhimento da base e diminuição da estabilidade proporcional (vinculada ao tamanho da base sindical). Alertou para a necessidade de atualização do modelo de organização sindical, sugerindo a ampliação da base de representação para incluir trabalhadores de cooperativas, áreas de tecnologia e IA — setores em crescimento.

Defendeu o fortalecimento das federações e modelos de consórcio sindical, ressaltando que a união federativa aumenta o poder de negociação e assegura a sobrevivência do movimento, preservando a autonomia das entidades de base. Reforçou: “juntos somos mais fortes”, indicando que a estrutura vertical nacional potencializa conquistas.

CARLOS EDUARDO BEZERRA MARQUES (PRESIDENTE DA FETRAFI-NE)

Enfatizou que a democracia é fundamental para a sobrevivência dos sindicatos, pois as entidades não resistem sob regimes autoritários. Relembrou o papel histórico dos bancários desde a greve geral de 1917, ressaltando que a organização sindical estruturada em sindicatos, federações e confederações amplia a capacidade de conquista de direitos.

Carlos Eduardo destacou vitória recente: na última negociação, a estrutura federativa da categoria ampliou de 16 para 90 o número de estabilidades conquistadas, resultado direto da representatividade vertical nacional. Defendeu que a democracia e a participação ampla são diferenciais estratégicos do modelo sindical dos bancários.

Síntese dos Debates

SUZINEIDE RODRIGUES (PE)

Reforçou a importância da democracia interna e da criação de ferramentas para enfrentar as chantagens patronais nas futuras negociações. Ressaltou que a unidade em torno de um projeto coletivo fortalece a categoria.

DILSON MELO (PE)

Apoiou a ampliação da base, especialmente por meio das federações, e defendeu estratégias para agregar sindicatos ainda fora da Fetrafi, propondo mobilizações e ações mais contundentes.

TEREZA SOUZA (PE)

Provocou reflexão sobre os limites da democracia no movimento sindical, indicando a necessidade de ampliar a diversidade, sobretudo com maior participação de mulheres em espaços de decisão.

MARCO MELO (PB)

Defendeu o retorno ao trabalho de base, especialmente junto às cooperativas, para construir uma luta de classe mais justa. Questionou o grau de presença e escuta dos dirigentes sindicais nas bases.

SANDRA TRAJANO (PE)

Alertou para as dificuldades que a categoria enfrentará nas próximas negociações, defendendo a melhoria da comunicação sindical para que a base compreenda desafios e conquistas e se sinta motivada à participação.





RESUMO DAS DELIBERAÇÕES

A 14ª Conferência Regional da FETRAFI-NE, realizada de 1º a 3 de agosto de 2025, aprovou as seguintes deliberações em plenário, após debates das mesas e intervenções dos participantes:

- Defesa da unidade e fortalecimento do movimento sindical, com estímulo à participação política, ampliação das bases de representação e fortalecimento das federações e confederações.
- Prioridade à saúde mental e condições de trabalho, com encaminhamento para reconhecimento do adoecimento da categoria como doença ocupacional e defesa de campanhas permanentes de combate ao assédio, à sobrecarga, ao isolamento e à precarização no setor bancário.
- Enfrentamento dos impactos da inteligência artificial e da digitalização, com reivindicação de cláusulas específicas sobre tecnologia e defesa do emprego, inclusão social e garantia de capacitação tecnológica igualitária, especialmente para mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados.
- Defesa do papel social dos bancos públicos e luta contra a terceirização e pejetização, com ênfase na valorização dos serviços bancários e no combate à precarização das relações de trabalho.
- Ampliação das estratégias de comunicação sindical para mobilizar a categoria e dialogar com a sociedade, priorizando uma linguagem acessível e a inclusão de temas sobre diversidade, equidade de gênero, raça e combate à violência.
- Promoção de ações afirmativas e fortalecimento da participação das mulheres, com apoio à realização de conferências e atividades específicas de mulheres bancárias, combate à violência de gênero e ampliação da presença feminina nos espaços de decisão.
- Aprovação de moções de apoio e repúdio a temas de relevância nacional e internacional, incluindo: apoio às decisões do STF sobre 8 de janeiro; repúdio ao genocídio em Gaza; repúdio ao teto do Saúde Caixa; entre outras moções discutidas e aprovadas em plenário.
- Eleição da delegação do Nordeste para a 27ª Conferência Nacional dos Bancários, conduzida em plenário, com aprovação unânime dos delegados.

As deliberações expressam o compromisso coletivo da categoria bancária do Nordeste com a defesa dos direitos, a promoção da democracia sindical e a luta por condições dignas de trabalho e vida.



ANEXO 1: PROPOSTAS DA XIV CONFERÊNCIA REGIONAL DA FETRAFI-NE – SISTEMATIZAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO

EIXO 1 – Conjuntura Internacional e Nacional (crescimento do fascismo e defesa da democracia)

1. Apoiar as decisões do STF referentes aos atos de 8 de janeiro de 2023, como defesa da democracia.
2. Repudiar o genocídio do povo palestino em Gaza, afirmando solidariedade internacional.
3. Reforçar a unidade sindical e popular na luta pela soberania nacional e justiça fiscal.
4. Denunciar o domínio das bigtechs e do capital financeiro internacional sobre os direitos sociais.
5. Defender a ampliação de políticas sociais inclusivas como forma de conter o avanço do fascismo.
6. Posicionar o movimento sindical como ator político na luta democrática em todos os espaços.
7. Valorizar a contribuição do Nordeste para a resistência democrática no Brasil.
8. Fortalecer o uso do plebiscito popular como ferramenta de participação direta da classe trabalhadora.
9. Denunciar a atuação do Congresso Nacional que obstaculiza pautas sociais e sindicais.

EIXO 2 – Avanços Tecnológicos, Inteligência Artificial e Impactos no Trabalho Bancário

10. Reivindicar cláusulas específicas sobre inteligência artificial nos Acordos Coletivos.
11. Criar mesas permanentes de negociação com os bancos sobre IA e transformação digital.
12. Exigir regulação pública da IA que priorize a dignidade do trabalho e os direitos sociais.
13. Garantir que a automação gere redução de jornada e não aumento de metas.
14. Lutar por igualdade no acesso à capacitação tecnológica (mulheres, negros, pessoas com deficiência).
15. Defender a soberania sobre os dados dos trabalhadores e regular o uso da biometria e vigilância.
16. Denunciar o uso da IA para substituição de bancários treinadores por sistemas autônomos.



17. Criar campanhas acessíveis para explicar à base os riscos e possibilidades da IA no setor bancário.

18. Denunciar o papel das fintechs e IA na precarização das relações de trabalho.

19. Participar da Conferência Nacional de IA e Direitos Sociais (outubro/2025), ampliando articulação.

EIXO 3 – Regulação do Sistema Financeiro Nacional

20. Reafirmar o papel estratégico dos bancos públicos para o desenvolvimento do país.

21. Denunciar a assimetria regulatória entre bancos e fintechs, que fragiliza os direitos trabalhistas.

22. Defender a regulação estatal sobre os sistemas financeiros, combatendo a lógica especulativa.

23. Lutar por uma nova estrutura do sistema financeiro alinhada ao interesse público, a exemplo do modelo chinês.

24. Posicionar o movimento sindical bancário contra o arcabouço fiscal e suas consequências sociais.

25. Reivindicar que a regulação financeira inclua a proteção aos empregos e às funções sociais dos bancos.

EIXO 4 – Como Conquistar a Redução da Jornada sem Redução de Salário

26. Reivindicar redução da jornada frente à automação e avanço da IA no setor bancário.

27. Propor a negociação de novos modelos de jornada que garantam saúde, equilíbrio e tempo livre.

28. Denunciar a intensificação do trabalho sem redução de metas nem horas.

29. Reforçar que a redução de jornada é uma luta histórica do sindicalismo e deve ser atualizada frente às novas tecnologias.

30. Garantir que a produtividade gerada pela tecnologia seja revertida em tempo livre para os trabalhadores.

EIXO 5 – Novas Formas de Trabalho, Terceirização e Pejotização no Setor Bancário

31. Combater a terceirização ilegal e a pejotização nas atividades-fim do setor bancário.

32. Denunciar os bancos públicos e privados que substituem bancários adoecidos ou desligados por terceirizados.

- 
- 33. Reforçar a fiscalização sindical sobre a terceirização nas PSOs e PSVs.
 - 34. Defender a CLT como marco legal protetivo frente ao avanço das novas formas de contratação.
 - 35. Propor cláusulas nos Acordos Coletivos que limitem a terceirização e garantam vínculo bancário.
 - 36. Construir campanhas públicas de valorização do trabalho bancário contra a precarização.
 - 37. Alertar para o avanço das fintechs como vetor de pejetização e exclusão de direitos.
 - 38. Denunciar agências operando com apenas dois funcionários, em situação de risco humano e jurídico.
 - 39. Estabelecer diálogo sindical com os trabalhadores terceirizados, ampliando a base de proteção.

EIXO 6 – Formação da Classe Trabalhadora

- 40. Garantir formação sindical sobre inteligência artificial, direitos digitais e novas tecnologias.
- 41. Promover cursos sobre saúde mental, assédio e condições de trabalho bancário.
- 42. Estimular programas permanentes de formação política de base, com foco em juventude e periferias.
- 43. Incluir pautas de diversidade e combate às opressões nas formações sindicais da categoria bancária.
- 44. Desenvolver formações sobre a história do sindicalismo bancário, memória da classe e lutas históricas.
- 45. Valorizar a identidade nordestina e a formação classista como eixo de mobilização e resistência.
- 46. Integrar os conselheiros eleitos (CAREFs) nos processos de formação da base.
- 47. Incentivar intercâmbio entre sindicatos e universidades na produção de conhecimento sobre o trabalho bancário.

EIXO 7 – Comunicação Popular na Era das Redes Sociais

- 48. Adotar linguagem popular, acessível e mobilizadora na comunicação sindical.
- 49. Ampliar o uso de redes sociais, WhatsApp e podcasts como canais permanentes com a base.
- 50. Criar campanhas de conscientização sobre os impactos da IA e das novas formas de controle digital.
- 51. Enfrentar as fake news e a desinformação com conteúdos qualificados e conectados à realidade da categoria.
- 52. Fortalecer a comunicação regionalizada, com ênfase nas realidades de base e da periferia.
- 53. Ampliar a participação da juventude bancária na produção de conteúdo sindical.
- 54. Estabelecer comunicação direta e contínua dos conselheiros com os trabalhadores.



EIXO 8 – Novas Formas de Mobilização

55. Estimular a mobilização por meio de plebiscitos populares, marchas, audiências públicas e redes sociais.
56. Criar redes de solidariedade entre bancários(as) adoecidos(as) e vítimas de assédio moral.
57. Promover a participação de mulheres, jovens e aposentados nas mobilizações sindicais.
58. Fortalecer a ação nas periferias e territórios populares, para além das agências bancárias.
59. Rearticular núcleos de base e delegados sindicais como elo de mobilização no local de trabalho.
60. Mobilizar em defesa da jornada, do emprego e da saúde como eixo estratégico da luta sindical.
61. Utilizar ferramentas digitais (lives, apps, enquetes) como instrumentos de consulta e engajamento.
62. Integrar ações de comunicação e formação nas mobilizações nacionais e regionais da categoria.
63. Garantir que a mobilização contemple trabalhadores de todos os bancos e todas as formas de vínculo.
64. Desenvolver uma agenda de mobilização regional e estadual, permanente e articulada com o Comando Nacional.
65. Conectar as campanhas salariais às lutas maiores da classe trabalhadora, como democracia, soberania e justiça social.
66. Produzir materiais com linguagem e estética jovem para mobilizar a nova geração bancária.
67. Valorizar o papel dos CAREFs e dos delegados sindicais nas estratégias de mobilização.
68. Estimular a articulação entre sindicatos por meio de consórcios e frentes de ação coletiva.
69. Criar espaços intersindicais de mobilização contínua nas regiões de base da categoria bancária.
70. Integrar as mulheres bancárias nas estratégias de mobilização a partir de suas próprias pautas e territórios.



EIXO 9 – Comunicação Popular na Era das Redes Sociais

- 30. Garantir que a produtividade gerada pela tecnologia seja revertida em tempo livre para os trabalhadores, preservando a saúde física e mental.
- 32. Denunciar os bancos públicos e privados que substituem bancários adoecidos ou desligados por terceirizados, agravando o adoecimento organizacional.
- 40. Garantir formação sindical sobre inteligência artificial, direitos digitais e novas tecnologias, incluindo impactos na saúde.
- 41. Promover cursos sobre saúde mental, assédio e condições de trabalho bancário.
- 46. Integrar os conselheiros eleitos (CAREFs) nos processos de formação da base com ênfase na saúde do trabalhador.
- 56. Criar redes de solidariedade entre bancários(as) adoecidos(as) e vítimas de assédio moral.
- 60. Mobilizar em defesa da jornada, do emprego e da saúde como eixo estratégico da luta sindical.

ANEXO 2: Propostas Caixa Econômica Federal

PERNAMBUCO

1. Derrubada do teto de 6,5% da folha para o plano de saúde
2. Fim do aumento do plano de saúde
3. Melhoria da rede credenciada
4. Mais transparência na comunicação
5. Celeridade e transparência nas cobranças do Saúde Caixa
6. Garantia do plano Saúde Caixa para os(as) funcionários(as) que ingressaram a partir de 2018, após aposentadoria
7. Fim do Agilize nas agências, para evitar a exposição dos empregados
8. Fim da meta de transações migráveis
9. Garantir reuniões mensais, de no mínimo 1 hora, com todos os empregados da agência e o representante de base
10. Bônus Caixa linear para todos
11. Rever o formato de avaliação e acompanhamento do período probatório de novos técnicos bancários de TI
12. Incorporação integral de caixas e tesoureiros, em caso de reestruturação

ALAGOAS

1. Aumento do teto de referência, acompanhando o aumento da idade para se aposentar e mais tempo de contribuição, principais mudanças na regra geral, impostas pela Reforma da Previdência. Exemplo: se o teto da referência for para 260, evita-se o não recebimento de delta por parcela do corpo funcional da Caixa (atualmente muitos empregados não são elegíveis para receber delta, porque já estão no teto da referência há anos).
2. Criação de um Programa de Valorização e Motivação do Corpo Funcional da Caixa, com implicação direta no aumento da referência. Vinculado ao bom desempenho na execução de programas sociais e de programas de fomento e desenvolvimento do País. Exemplo: pagamento do auxílio emergencial (crise sanitária Covid-19), pagamento do FGTS fora da jornada semanal ou em excepcionalidades, programa pé-de-meia, outros.
3. Ainda, dentro do mesmo Programa de Valorização e Motivação do Corpo Funcional da Caixa, aumento da referência pela realização de curso de formação, qualificação, graduação. Criação de um Programa de Valorização e Motivação do Corpo Funcional da Caixa, com implicação direta no aumento CAIXA ECONÔMICA FEDERAL da referência. Vinculado ao bom desempenho na execução de programas sociais e de programas de fomento e desenvolvimento do País. Exemplo: pagamento do auxílio emergencial (crise sanitária Covid-19), pagamento do FGTS fora da jornada semanal ou em excepcionalidades, programa pé-de-meia, outros.



PIAUÍ

- Saúde Caixa :
 - 1.Reajuste Zero
 - 2.Derrubada teto 6,5% sobre folha de pagamento da Caixa
 - 3.Credenciamento para que possamos indicar profissionais das regiões polos.
 - 4.Melhoria e diminuição no tempo de autorização para procedimentos e exames
 - 5.Desburocratizar procedimentos para reembolso



ANEXO 3: Propostas Santander

PERNAMBUCO

1. Garantir a representação de todos os trabalhadores / Ramo. Acolher terceirizados;
2. Cobrar do Santander transição justa
3. Atender terceirizados nos sindicatos como se a entidade já fosse o representante de fato e de direito
4. Realização de audiências públicas para denunciar más práticas do Santander e impactos para população
5. Cobrar melhoria no plano de saúde com ampliação da rede credenciada
6. Exigir do Santander cumprimento da CCT com pagamento do adiantamento salarial para bancários de licença.

CAMPINA GRANDE

1. Incluir remuneração justa, PLR, manutenção de direitos e melhores condições de trabalho
2. Discussão sobre fechamento de agências, demissões e terceirização.

ALAGOAS

1. Saúde do trabalhador - Médico do trabalho sem autonomia
2. PROSPERA – Representação desses trabalhadores
3. METAS – Mudanças de critérios que dificultam a entrega sem aviso prévio
4. Cumprimento da cláusula de adiantamento salarial

ANEXO 4: PROPOSTAS BANCO DO BRASIL

- Defender o Banco do Brasil como banco público
- Fim das metas abusivas e individuais e implementação de metas coletivas e justas
- Exigir do banco respeito aos trabalhadores(as) em relação ao que é pactuado nos acordos e mesas permanentes
- Criar mesas permanentes de negociação e exigir regulamentação pública da IA
- Reivindicar redução de jornada, sem redução salarial, a fim de garantir e/ou melhorar a qualidade de vida dos bancários(as)
- Cobrar do banco padronização e adequação dos periféricos e mobiliários, conforme evolução do maquinário e das adequações que se fizerem necessárias
- Realizar campanhas permanentes nas mídias denunciando os abusos e cobranças absurdas feitas pelo banco, tanto em relação aos funcionários quanto aos clientes
- Revisão e aprimoramento constantes das ações de recrutamento interno, visando à equidade e à inclusão nos processos de seleção, principalmente no que tange às cotas
- Cobrar urgentemente a implementação da CGPAR nº 45, a fim de aumentar a participação do banco no custeio da Cassi
- Reforçar a importância da governança da Cassi pelos funcionários, pois a Cassi é nossa



ANEXO 5: PROPOSTAS BRADESCO

- Auxílio-educação
- Defesa do emprego
- Promoção das pessoas, com mudança de função para evitar demissões
- Fim das metas abusivas
- Ajuste dos objetivos e metas
- Fim do assédio moral
- Vale-cultura
- Campanha de crédito para trabalhadores quitarem dívidas
- Plano de previdência complementar
- Manutenção do plano de saúde na aposentadoria
- Licença para acompanhamento de filho doente e com espectro autista, como ausência remunerada, e remuneração para o custeio de tratamento
- Compensação das faltas motivadas por doenças dos filhos
- Exigir definição transparente de como ocorrerá a reestruturação dos procedimentos e processos de trabalho pelo banco
- Que bancário reintegrado e/ou em processo judicial possa concorrer a cargos de diretor e grupos ligados
- Fim das transferências de funcionários de função e local de trabalho sem planejamento e transparência
- Garantir o atendimento no caixa a qualquer pessoa, independentemente de ser cliente da agência
- Realizar campanha de mobilização para dialogar sobre os problemas que vêm ocorrendo dentro do Bradesco
- Campanha nacional em defesa do emprego, contra o fechamento de agências, combate às metas abusivas e ao assédio moral
- Melhorias no plano de saúde



ANEXO 6: PROPOSTAS ITAÚ

1. **Reajuste salarial da categoria com reposição da inflação mais ganho real:**

- Reposição das perdas inflacionárias e também reconheça o aumento da produtividade e dos lucros recordes do Banco;
- Fim da política restritiva, com garantia de participação igualitária nos ganhos de produtividade;

2. **Melhores Condições de Trabalho:**

- Redução das metas abusivas e revisão dos sistemas de avaliação psicológica;
- Cumprimento da folga por assiduidade, conforme previsto em acordos coletivos;

3. **Plano de Carreira e Valorização profissional:**

- Criação de um plano de carreira transparente, com progressão salarial garantida e oportunidades reais de ascensão;
- Fim da Terceirização de atividades-fim e garantia de direitos entre funcionários terceirizados e efetivos;

4. **Benefícios Sociais e Financeiros:**

- Aumento do vale alimentação/refeição, com correção anual baseada no custo de vida regional;
- Melhoria no plano de saúde, incluindo cobertura ampliada e redução de coparticipação;
- Redução do percentual de cobrança nos empréstimos consignados para funcionários, garantindo taxas mais justas e acessíveis;

5. **Fortalecimento das COES(Comissão de Organização dos Empregados):**

- Melhoria na atuação das Coes em nível nacional, com maior autonomia e recursos para representação dos trabalhadores;
- Criação de um fundo para apoio a projetos de microfinanciamento, visando incentivar o desenvolvimento local e o empreendedorismo entre funcionários e comunidades;

6. **Parcerias e inovação:**

- Com Universidades, feiras e festivais, para promoção de produtos e serviços bancários, além de capacitação profissional;

7. **Segurança no Emprego e Diálogo Social:**

- Oposição a demissões em massa e fechamento de agências, com defesa do emprego estável na Região Nordeste;
- Garantia de Políticas de inclusão e diversidade, com combate à discriminação de gênero, raça e idade;
- Exigência de cumprimento integral da Convenção

ANEXO 7: PROPOSTAS BNB

- Auxílio para custeio de medicação de uso contínuo (bancários adoecidos com diversos transtornos psíquicos);
(Pauta para a CAMED, já em discussão e sob o “guarda-chuva” do aumento da contribuição patronal para a CAMED.)
- Solicitar junto ao banco que a função de Auxiliar de negócios possa ser substituída; (Já faz parte da pauta de reivindicações.)
- Que tanto auxiliar de negócio quanto o caixa executivo tenha variação salarial de acordo como porte da agência;
(Para o Auxiliar de Negócios isso já está na pauta de reivindicações, para o Caixa Executivo podemos colocar na próxima pauta, apesar de ser letra morta.)
- Retirada dos auxílios do valor de cálculo de imposto de renda, segundo o parecer da PGFN/CRJ n. 1752/2010, o auxílio creche não tem incidência de imposto de renda, e o banco continua inserindo o auxílio no cálculo para imposto de renda retirado direto da folha;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
- Condições para demissão por iniciativa dos empregadores nos mesmos moldes do ACT do BNDES, a saber:
 - A - Justa causa, infração disciplinar via PAD e insuficiência de desempenho sempre com base em histórico de avaliações formais, considerando a recente decisão do Supremo precisamos amarrar via acordo o que seria uma demissão "motivada" enquanto existe o "vácuo" jurisprudencial para tanto;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
- Incorporação de função para os ocupantes há mais de dez anos e que tenha contrato de trabalho pactuado até a data da Reforma Trabalhista (Direito que já avançou bastante no BNDES);
(Só se aplica à Caixa que tinha previsão de incorporação após 10 de função prevista em norma (contrato de trabalho) para os funcionários contratados até o dia anterior ao início da reforma trabalhista. Para as demais estatais ainda valia a súmula 372 do TST para quem já tinha 10 anos completo de função comissionada até o dia anterior ao início da vigência da reforma. ILEGAL)
- CAMED melhorar e ampliar a rede de prestadores de serviços no interior dos estados; identificando os motivos da baixa adesão e solucionando os mesmos;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
- O Banco concederá aos funcionários com metas estabelecidas pelo Banco e que mantem ano a ano compliance satisfatório, reconhecimento com prêmios tangíveis, além de 5 estrelas (tapinha nas costas) e talento premiado;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
- O Banco deve informar a evolução de melhoria dos sistemas, haja vista que o modelo atual adoece os funcionários por falta de funcionamento adequado e irritabilidade dos clientes; (campanha 2026)

- 
- Empréstimo de apoio ao funcionário, a saber: a - Valor de concessão: de 2 salários brutos; b - Prazo/carência: 60 meses, incluído 12 meses de carência; c - Taxa juros: não tem, apenas a correção será igual ao previsto no empréstimo de férias; d - O será disponível para todos os funcionários, nas mesmas prerrogativas normativa do empréstimo para férias. Ou seja, não precisa consultas, nem avaliação de risco, tão pouco seja utilizado limite de crédito;
(Campanha 2026 - já sabendo que os itens C e D são inviáveis por contrariar resoluções do Banco Centras e resolução 4966 do CMN)
 - A Camed saúde estabelece sua cobertura seguindo o rol mínimo de procedimentos/exames contantes na relação da ANS. Proposta - deveriam aumentar as coberturas de exames, procedimentos médicos e hospitalares reconhecidamente eficazes, inclusive pelas associações médicas e técnicas, mas que não estão necessariamente lateralizadas no rol mínimo da ANS. Ou seja, o plano hoje somente cobre o rol mínimo manifestamente desatualizado;
(Pauta para a CAMED, já em discussão e sob o “guarda-chuva” do aumento da contribuição patronal para a CAMED.)
 - Atualmente os pais dos funcionários beneficiários da Camed saúde pertencem ao plano família. Proposta: retornar ao plano natural;
(Pauta para a CAMED, já em discussão e sob o “guarda-chuva” do aumento da contribuição patronal para a CAMED.)
 - Possibilitar que colaboradores lotados nas agências possam participar de concorrências abertas para funções nas Centrais/Conaj/DIRG
(Campanha 2026.)
 - Melhorar o canal interno do BNB de denúncia de assédio evitando a mínima exposição ou constrangimento do denunciante;
(Campanha 2026.)
 - Suprimento do quadro de pessoal das agências;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
 - Proibir a desativação do ponto eletrônico;
(Campanha 2026.)
 - PLR - retirar o teto da PLR e adotar o equivalente a 75% dos valores pagos aos acionistas;
(Campanha 2026.)
 - BNB emitir CAT por doença de trabalho;
(Campanha 2026. Mas o Banco já emite; o problema é a interpretação sobre o que é ou não é provocado pelo trabalho.)
 - O Banco deve converter o auxílio creche em auxílio educação para as funcionárias/os com filhos até 11 anos e 11 meses. Posteriormente buscar isonomia entre os gêneros;
(Já faz parte da pauta de reivindicações.)
 - O Banco atualizará os auxílios refeição e alimentação pelo triplo do índice de atualização salarial, haja vista que o índice informado pelo governo é muito inferior ao sentido no supermercado e restaurantes;
(Campanha 2026.)



- O banco deve fornecer auxílio atividade física e psicológica, em valor a ser negociado, aos funcionários que fazem uso de remédios antidepressivos e ansiolíticos;

(Campanha 2026.)

- O Banco criará linha de crédito habitacional com RECIN (Crédito pessoal para compra e/ou alienação de imóveis) com taxa mais atrativa que a de mercado, exemplo 30% menor já que o Santander tem taxa de 1,65% para 10 anos;

(Campanha 2026. Mas é muito mais caro do que com recursos de poupança ou FGTS.)

- O banco concederá ausências abonadas no total de 12 por ano, equivalente a 1 folga por mês, para os funcionários com assiduidade;

(Campanha 2026.)

- Solicitar ao BNB que antecipe o crédito do VA e VR do dia 30 de cada mês para o dia 20 de cada mês (justificativa: o final do mês coincide com o crédito dos VA e VR de várias categorias, o que promove superlotação de supermercados no final do mês); (Já faz parte da pauta de reivindicações.)

- Solicitar ao BNB o retorno das sessões de funcional nas agências.

(Já faz parte da pauta de reivindicações.)

ANEXO 8: CONSULTA NACIONAL DA CATEGORIA BANCÁRIA – 2025

Entre os meses de junho e julho de 2025, foi realizada a Consulta Nacional da Categoria Bancária, com participação ampla e qualificada da base representada pelas entidades filiadas à FETRAFI-NE. A seguir, apresentamos os principais dados e percepções extraídos da pesquisa.

Perfil dos(as) Participantes

- Estados com maior participação: Paraíba(31,7%), Ceará (28,3%), Pernambuco (24,5%), Alagoas (9,2%) e Piauí (6,4%)
- Locais de trabalho: 84,4% em agências e 15,6% em departamentos
- Sexo: 63% masculino, 36,7% feminino
- Faixa etária predominante: acima de 50 anos (28,8%)
- Tempo de banco: 54,9% com mais de 16 anos de trabalho
- Raça/cor: 52,6% branca, 41% parda
- Sindicalização: 83,3% são sócios(as) do sindicato

Instituições e Funções

- Principais bancos: Banco do Brasil (28,9%), Caixa (25,8%), Bradesco(15%), Santander (10,4%), BNB (10%)
- Funções: Gerentes (36%), Escriturários(as) e Técnicos(as) Bancários(as) (20%)

Condições de Trabalho e Saúde

- Ambiente bancário e saúde mental: 94,6% avaliam que há impactos negativos
- Jornada contratada: 53,3% têm contrato de 6h; 46,7% de 8h
- Teletrabalho: 85,5% não têm nenhum dia remoto

Demandas Prioritárias da Categoria

- Tema sindical mais importante: Ganhos reais de salário(26%), seguido de garantia de emprego (20,5%) e PLR (13,1%)
- Preferência para o futuro profissional: 46,5% preferem emprego com carteira em banco público



Tecnologia e Inovação

- Forma de repartir ganhos com tecnologia: 46,6% preferem aumento de remuneração fixa

Condições de Vida

- Despesas que mais pesam no orçamento: Alimentação no domicílio (27,8%) e saúde (15,5%)
- Aprovação da isenção de IR até R\$ 5 mil: 80,5% consideram muito importante
- Tributação dos super-ricos: 85,6% apoiam

Justiça Social e Igualdade

- Elevação da faixa de isenção do IR sobre a PLR: 91,5% acham muito importante
- Igualdade salarial entre homens e mulheres: 55,5% percebem desigualdade (com ou sem ações das empresas)

Política e Representação

- Avaliação do Congresso Nacional: 72,4% negativa
- Avaliação do Governo Lula: 38,5% positiva, 32,6% regular

Conquistas Valorizadas

- Mais relevantes: Ganhos reais de salário (35,2%), PLR (25,4%), jornada inferior à CLT (17,3%)

Financiamento da Luta Sindical

- 94,5% defendem que todos os bancários devem contribuir, pois todos se beneficiam

Formas preferidas de comunicação sindical

- Site (28,2%)
- WhatsApp (25,4%)
- Instagram (16,7%) e
- Jornal impresso (9,1%)



FETRAFI
Nordeste